



COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PRODEB é uma sociedade por ações, de economia mista, vinculada à Secretaria de Administração – SAEB, instituída nos termos da Lei nº 3.157 de 01 de outubro de 1973.

A Companhia tem por objetivo, prover soluções com Tecnologias de Informação e Comunicação (TI e TIC) para modernizar e aprimorar a gestão governamental e o relacionamento com a sociedade. Nesse contexto, a Prodeb apresenta no seu portfólio atual, serviços de processamento de dados, data center, conectividade, desenvolvimento de sistemas, sites e portais, soluções aplicativos, gerenciamento de projetos, entre outros, inclusive de assessoramento técnico aos órgãos da administração pública em geral, contando, hoje, com cerca de 80 clientes entre secretarias, órgãos e instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de prefeituras.

Nos três últimos exercícios, a Companhia apresentou prejuízos operacionais e capital de giro negativo. O prejuízo do exercício de 2016, no montante de R\$ 19.556.711, está relacionado com o acréscimo dos custos com pessoal, decorrente de demissões ocorridas durante o exercício. O prejuízo do exercício de 2015, no montante de R\$ R\$ 8.165.832, está relacionado com a redução do faturamento e o acréscimo dos custos com pessoal, decorrente de demissões ocorridas durante o exercício.

A Administração se mantém empenhada em aperfeiçoar todos os processos e controles internos, assegurando uma gestão atuante e transparente, com vistas a solucionar eventuais inconsistências remanescentes de exercícios anteriores, através de medidas corretivas iniciadas no exercício de 2015, tais como a otimização do relacionamento com os clientes e a adequação dos preços, além do gerenciamento eficaz dos gastos, bem como das aquisições e contratos.

Nesse sentido, a Companhia adotou práticas e planos de melhorias operacionais, desenvolveu uma nova visão evolutiva de tecnologia dentro de um novo cenário da administração pública, modelo financeiramente autossustentável inserido no contexto de governança definido pelo Sistema de Gestão de Tecnologia e Comunicação do Estado da Bahia – SGTIC.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como pelos Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de instrumentos financeiros não derivativos.

b) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contas a receber, os estoques, os tributos a recuperar, o valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.



e) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados ao valor provável de realização na data de encerramento das demonstrações financeiras.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição.

g) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação calculada sobre o valor de cada bem pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

h) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível correspondem aos gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática, dos quais são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.



j) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

k) Ajustes retrospectivos

No exercício de 2016, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de suas contas e registrou, em contrapartida na rubrica de “Prejuízos acumulados”, a título de ajustes de exercícios anteriores, o montante líquido de R\$ 6.382.618, composto pelos seguintes lançamentos:

Descrição	Valor - R\$	Efeito por ano	
		2015	Outros
Ajustes identificados na revisão tributária	1.329.327	(75.126)	1.404.453
Conciliação entre os saldos contábeis e os controles patrimoniais	(6.557.177)	268.306	(6.825.483)
Regularização de recuperação de custo com pessoal	(1.031.905)	(1.031.905)	-
Reconciliação entre os saldos contábeis e os controles financeiros	164.045	-	164.045
Baixa de créditos tributários prescritos	(116.050)	-	(116.050)
Regularização do capital social	(170.858)	-	(170.858)
Total	(6.382.618)	(838.725)	(5.543.893)

Para cumprimento da norma contábil vigente, CPC PME, seção 10 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- Ajustes considerados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para efeito de comparabilidade, uma vez que eles são relativos a exercícios anteriores; e
- Discriminação na rubrica “Prejuízos acumulados”, nas mutações do patrimônio líquido, decorrentes dos efeitos da correção dos erros.

Exercício	Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
		retrospectivos nos exercícios	
Outros		(5.543.893)	(5.543.893)
Exercício de 2015	(7.327.107)	(838.725)	(8.165.832)
Total	(7.327.107)	(6.382.618)	(13.709.725)



Detalhamento das contas ajustadas nas demonstrações financeiras:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

<u>ATIVO</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes retrospectivos	Saldos reapresentados
<u>Circulante</u>			
Caixa e bancos	30.885	-	30.885
Aplicações financeiras	2.111.495	-	2.111.495
Contas a receber de clientes	16.636.459	164.044	16.800.503
Estoques	859.392	-	859.392
Tributos a recuperar	4.617.193	1.139.067	5.756.260
Outras contas a receber	1.831.287	(1.031.905)	799.382
Despesas antecipadas	3.738	-	3.738
Total do circulante	26.090.449	271.206	26.361.655
<u>Não circulante</u>			
<u>Realizável a longo prazo</u>			
Depósitos judiciais	1.167.533	-	1.167.533
Tributos a recuperar	-	2.393.266	2.393.266
Total do realizável a longo prazo	1.167.533	2.393.266	3.560.799
Investimentos	28.871	-	28.871
Imobilizado	28.021.433	150.960	28.172.393
Intangível	7.177.649	(6.708.137)	469.512
Total do não circulante	36.395.486	(4.163.911)	32.231.575
TOTAL DO ATIVO	62.485.935	(3.892.705)	58.593.230



Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

<u>PASSIVO</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes retrospectivos	Saldos reapresentados
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	17.224.390	-	17.224.390
Obrigações sociais e trabalhistas	2.245.632	(68.335)	2.177.297
Obrigações tributárias	8.409.257	2.387.390	10.796.647
Férias e encargos a pagar	5.258.846	-	5.258.846
Outras contas a pagar	66.877	-	66.877
Total do circulante	33.205.002	2.319.055	35.524.057
<u>Não circulante</u>			
Obrigações tributárias	11.494.209	-	11.494.209
Provisão para contingências	3.709.477	-	3.709.477
Total do não circulante	15.203.686	-	15.203.686
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	72.435.016	170.858	72.605.874
Reserva de incentivos fiscais	10.671	-	10.671
Prejuízos acumulados	(58.368.440)	(6.382.618)	(64.751.058)
Total do patrimônio líquido	14.077.247	(6.211.760)	7.865.487
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.485.935	(3.892.705)	58.593.230

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2016	2015
Banco do Brasil S.A. – Fundo de investimentos	1.753.900	2.111.495
Total	1.753.900	2.111.495

As aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa por serem de curtíssimo prazo e de alta liquidez.



4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
SAEB – Secretaria da Administração do Estado da Bahia	2.407.381	2.481.926
Fundo Estadual de Saúde da Bahia – FESBA	-	1.679.080
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	1.604.033	1.120.134
SSP – Secretaria da Segurança Pública	1.146.661	741.371
GABGOV – Gabinete do Governador do Estado da Bahia	26.418	678.292
Casa Civil do Governador do Estado da Bahia (CCB)	58.682	620.981
Cia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia	45.859	603.134
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	65.064	582.604
Secretaria do Turismo do Estado da Bahia	15.933	506.730
Prefeitura Municipal de Salvador	453.811	472.930
SEC – Secretaria da Educação	2.933.254	443.984
Secretaria de Justiça, Dir. Humanos, e Desen. Social - SJDHDS	284.512	437.016
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB	461.644	386.053
Companhia de Eng. Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia – CERB	308.926	358.329
EBAL – Empresa Baiana de Alimentos S.A.	328.204	357.442
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP	218.597	335.476
SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia	831.466	303.839
Prefeitura Municipal de Camaçari	56.481	301.169
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia	35.034	295.790
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	296.317	257.089
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	16.349	239.200
Outros	3.901.873	4.019.833
(-) Créditos a identificar	(357.322)	(421.899)
Total	15.139.177	16.800.503

Créditos a identificar

Referem-se a recebimentos ocorridos cujos clientes não foram identificados. A Administração da Companhia espera, durante o exercício de 2017, concluir o processo de identificação desses créditos.



Perdas estimadas

A Companhia possui contas a receber no montante de R\$ 15.139.177 (Em 2015, R\$ 16.800.503), dos quais R\$ 380.887 foram emitidos há mais de um ano e estão pendentes de recebimento (Em 2015, R\$ 925.558). A composição pode ser assim demonstrada:

Ano	2016	2015
2010	5.877	24.440
2011	110.842	163.925
2012	110.940	133.779
2013	3.612	185.393
2014	7.630	418.021
2015	141.986	16.296.844
2016	15.115.612	-
Créditos a identificar	(357.322)	(421.899)
Total	15.139.177	16.800.503

5. ESTOQUES

	2016	2015
Almoxarifado	715.178	859.392
Total	715.178	859.392

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são representados, basicamente, por materiais de escritório, limpeza, elétricos, lógicos, de manutenção de computadores e de instalações de redes.



6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2016	2015
Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”	1.776.585	1.631.801
Saldo negativo de CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	662.300	648.262
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.982.017	1.747.806
Saldo negativo de IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	1.915.069	1.868.945
PIS – Programa de Integração Social	432.575	377.362
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	38.171	41.666
Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)	2.233.299	1.225.157
Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 (REFIS Copa)	887.235	580.826
Outros	21.633	27.701
Total	9.948.884	8.149.526
No ativo circulante	7.555.618	5.756.260
No ativo não circulante	2.393.266	2.393.266

Durante o exercício de 2016, a Companhia contratou empresa especializada em consultoria tributária com objetivo de revisar os tributos federais: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos exercícios de 2012 a 2016. O processo de análise e regularização das inconsistências tributárias e contábeis gerou ajustes no grupo de tributos a recuperar no montante de R\$ 4.448.039, sendo R\$ 3.532.333 referente a exercícios anteriores e R\$ 915.706 referente ao exercício de 2016.

Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”

Refere-se, basicamente, a pagamentos efetuados pela Companhia no exercício de 2014 relativos ao IRPJ e CSLL devidos no exercício de 2013. Em decorrência da revisão tributária realizada no exercício de 2016, relativa ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, esses pagamentos foram detectados e contabilizados como tributos a recuperar.

Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.973/2014. Os débitos inclusos no parcelamento referem-se ao saldo remanescente do Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009. Tendo em vista que o parcelamento não foi homologado pela Secretaria da Receita Federal, as parcelas iniciais foram contabilizadas como tributos a recuperar.



Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 (REFIS Copa)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.996/2014. Os débitos inclusos no parcelamento referem-se ao IRPJ e CSLL apurados, mensalmente, nos exercícios de 2012 e 2013, pelo método de suspensão e redução. Tendo em vista que a totalidade dos débitos não foi homologada pela Secretaria da Receita Federal, as parcelas iniciais foram contabilizadas como tributos a recuperar. Durante o exercício de 2015, foi homologada parte dos débitos (R\$ 406.738) e o montante foi compensado com os pagamentos já efetuados. A Companhia aguarda manifestação da Receita Federal do Brasil sobre pedido de revisão formulado para inclusão das estimativas mensais de IRPJ e CSLL no parcelamento a fim de promover a consolidação do parcelamento.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais têm intuito de cobrir possíveis desembolsos com indenizações cíveis e trabalhistas.

	2016	2015
Ações trabalhistas	400.940	1.147.737
Ações cíveis	20.688	19.796
Total	421.628	1.167.533

8. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado da Companhia pode ser demonstrada como segue:

Bens	Taxa de depreciação %	2016		2015	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	935.138	(786.765)	148.373	185.515
Veículos	20	351.100	(316.318)	34.782	96.737
Instalações e benfeitorias	10	180.855	(18.085)	162.770	61.532
Equipamentos	20	6.363.245	(5.120.315)	1.242.930	1.341.920
Computadores e periféricos	20	40.261.134	(31.120.542)	9.140.592	7.870.865
Imóveis – Sala Cofre	05	17.797.878	(1.779.788)	16.018.090	18.615.824
Total		65.889.350	(39.141.813)	26.747.537	28.172.393



Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	1.025.277	-	(90.139)	-	935.138
Veículos	413.055	-	(61.955)	-	351.100
Instalações e benfeitorias	74.890	105.965	-	-	180.855
Equipamentos	6.798.007	165.193	(599.955)	-	6.363.245
Computadores e periféricos	35.284.980	5.522.292	(546.138)	-	40.261.134
Imóveis – Sala Cofre	19.505.718	-	(1.707.840)	-	17.797.878
	63.101.927	5.793.450	(3.006.027)	-	65.889.350

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Móveis e utensílios	971.495	53.782	-	-	1.025.277
Veículos	413.055	-	-	-	413.055
Instalações e benfeitorias	71.264	3.626	-	-	74.890
Equipamentos	6.807.392	11.148	(20.533)	-	6.798.007
Computadores e periféricos	35.277.340	10.345	(2.705)	-	35.284.980
Imóveis – Sala Cofre	-	-	-	19.505.718	19.505.718
Imobilizado em andamento	19.505.718	-	-	(19.505.718)	-
	63.046.264	78.901	(23.238)	-	63.101.927

A Companhia registrou depreciação no exercício de 2016, no montante de R\$ 4.856.718 (em 2015, R\$ 4.440.126), sendo contabilizada R\$ 4.804.617 como custos dos serviços prestados (em 2015, R\$ 4.046.885) e R\$ 52.101 como despesas operacionais (em 2015, R\$ 393.241).



9. FORNECEDORES

	2016	2015
Hasky Automação e Tecnologia da Informação	3.644.132	-
Aceco TI Ltda.	2.908.938	8.528.022
Allen Rio – Serviço e Com. de Informática. Ltda	1.349.539	-
C.A. Programa de computadores part. e serviços Ltda.	1.071.123	738.701
MI Montreal Informáticas S.A.	854.246	-
IBM Brasil Ltda.	503.783	308.815
Lettel Distribuidora de Telefonia Ltda.	348.412	-
Unisys Brasil Ltda.	314.975	1.585.211
CPMBraxis Outsourcing S.A.	280.887	168.425
Avansys Tecnologia Ltda.	154.141	27.024
Gartner do Brasil Serv. de Pesquisa Ltda.	157.600	-
Telemar Norte Leste S.A.	26.378	106.065
Indra Brasil Soluções e Serv. Técnicos S/A	-	2.348.674
Software Ag Brasil Inf. e Serv. Ltda.	-	696.326
MXM Sistemas e Serviços de Informática S.A.	-	299.852
Outros	1.649.028	2.417.275
Total	13.263.182	17.224.390
No passivo circulante	11.126.967	17.224.390
No passivo não circulante	2.136.215	-

No final do exercício de 2013, a Companhia contratou a ACECO TI Ltda para elaboração de projeto e construção da Sala Cofre, bem como dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das suas instalações. O contrato no valor de R\$ 19.505.718, apresenta saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 2.908.938.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2016	2015
Contribuição previdenciária (INSS)	1.214.352	1.393.157
FGTS – Fundo de garantia do tempo de serviço	697.670	743.265
Outros	82.151	40.875
Total	1.994.173	2.177.297



11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
Parcelamentos tributários		
ISS - Instrumento de acordo	3.580.245	4.148.837
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise)	2.455.367	2.455.367
ISS – Parcelamento nº 11.807/2007	181.578	468.202
Parcelamento simplificado	6.540.439	7.324.684
Tributos a recolher		
COFINS a recolher	1.665.668	330.279
Imposto de renda retido na fonte	1.864.995	1.943.616
Estimativas mensais IRPJ (REFIS Copa)	3.818.708	3.507.101
Estimativas mensais CSLL (REFIS Copa)	1.430.313	1.313.618
ICMS a recolher	411.185	-
PIS a recolher	234.290	78.397
ISS retido	73.854	399.064
Outros	278.194	321.691
Total	22.534.836	22.290.856
No passivo circulante	12.966.899	10.796.647
No passivo não circulante	9.567.937	11.494.209

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia contratou empresa especializada em consultoria tributária com objetivo de revisar os tributos federais: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos exercícios de 2012 a 2016. O processo de análise e regularização das inconsistências tributárias e contábeis gerou ajustes no grupo de obrigações tributárias no montante de R\$ 3.441.643, sendo R\$ 2.387.390 referente a exercícios anteriores e R\$ 1.054.253 referente ao exercício de 2016.



Classificação entre Circulante e Não Circulante:

Tributos	Exercício 2016		Exercício 2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS - Instrumento de acordo	895.086	2.685.159	829.768	3.319.069
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise)	361.211	2.094.156	361.211	2.094.156
ISS – Parcelamento nº 11.807/2007	181.578	-	295.707	172.495
Parcelamento simplificado	1.751.817	4.788.622	1.416.195	5.908.489
COFINS a recolher	1.665.668	-	330.279	-
Imposto de renda retido na fonte	1.864.995	-	1.943.616	-
Estimativas mensais IRPJ (REFIS Copa)	3.818.708	-	3.507.101	-
Estimativas mensais CSLL (REFIS Copa)	1.430.313	-	1.313.618	-
ICMS a recolher	411.185	-	-	-
PIS a recolher	234.290	-	78.397	-
ISS retido	73.854	-	399.064	-
Outros	278.194	-	321.691	-
Total	12.966.899	9.567.937	10.796.647	11.494.209

ISS - Instrumento de acordo

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolou junto a SECRET - PROFI o instrumento de acordo com o Município de Salvador para quitação do débito de ISS, relativo aos exercícios de 2001 a 2006, cuja cobrança deu-se através da Notificação de Lançamento nº 1.904/2006. O Município concordou em rever os cálculos relativos ao tributo supramencionado, excluindo multa de infração, multa de mora e juros moratórios.

Conforme instrumento de acordo, os valores dos débitos tributários apurados atingem a quantia de R\$ 3.304.272, os quais serão liquidados em 96 (noventa e seis) parcelas, acrescidas de juros de financiamento de 1% (um por cento) ao mês, calculados pela tabela *price*, vencendo a primeira no último dia do mês de janeiro de 2013 e as demais no dia 20 dos meses subsequentes. Os valores serão atualizados mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice, na forma da lei.

Quantidade de parcelas restantes		Saldo – R\$	
2016	2015	2016	2015
48	60	3.580.245	4.148.837
Circulante		895.086	829.768
Não circulante		2.685.159	3.319.069



Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise)

No exercício de 2009, a Companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos.

A Companhia não cumpriu o prazo para informar os débitos que decidiu incluir no parcelamento, conseqüentemente, até a presente data, esses débitos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. Cabe destacar que a consolidação dos débitos no Refis IV é objeto de questionamento judicial, para o qual a Companhia obteve liminar em sede de mandado de segurança individual 10333420124013300 relativo ao processo administrativo fiscal nº 10580.728.262/2012-54.

A consolidação do REFIS IV não foi efetivada até a presente data, em função da Secretaria da Receita Federal ter entrado com recurso de apelação. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a consolidação é questão de tempo, tendo em vista sentença proferida em sede de 1º grau em favor da Companhia, bem como parecer favorável do Ministério Público Federal.

Os débitos que a Companhia incluiu no Refis IV referem-se ao período de 1998 a 2008, atualizados com base na SELIC, e podem ser demonstrados como segue:

Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (Receita Federal)	2016	2015
Débito a consolidar	3.624.590	3.624.590
Pagamentos (*)	(3.367.600)	(3.367.600)
Atualização monetária	2.198.377	2.198.377
Saldos	2.455.367	2.455.367
Circulante	361.211	361.211
Não circulante	2.094.156	2.094.156



Durante o exercício de 2016, a Companhia pagou o montante de R\$ 1.008.142 (Em 2015, R\$ 849.913), sendo contabilizado no Ativo Circulante, na conta de tributos a recuperar.

ISS – Parcelamento nº 11.807/2007

Em 01 de agosto de 2007, a Companhia firmou acordo através do Termo de Assunção de dívida e compromisso de pagamento parcelado nº 11807/2007, a fim de liquidar débitos perante a Fazenda Pública Municipal, no valor atualizado de R\$ 1.568.335.

No referido acordo a Prefeitura concedeu desconto no montante de R\$ 545.431, sendo determinado o valor líquido a pagar de R\$ 1.022.904, o qual será liquidado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas de juros de financiamento de 1% (um por cento) ao mês, acumulados mensalmente; o valor da parcela será atualizado no início de cada exercício pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA - E) ou por outro índice na forma da Lei.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a posição do débito pode ser demonstrada a seguir:

Quantidade de parcelas restantes		Saldo – R\$	
2016	2015	2016	2015
07	19	181.578	468.202
Circulante		181.578	295.707
Não circulante		-	172.495



Parcelamentos federais simplificados / ordinários

No exercício de 2015, a Companhia protocolou, junto à Receita Federal do Brasil, diversos termos de opção por Parcelamento simplificado ou ordinário, em observância à Lei nº 10.522/2002. Os débitos incluídos neste parcelamento referem-se aos seguintes processos:

<u>Processo</u>	<u>Consolidação</u>	<u>Competência</u>	<u>Débito original (R\$)</u>
INSS (Cód. 2100)			
10580.724643/2015-15	Mai/2015	Dez/2014 e 13º/2014	1.148.742
INSS (Cód. 2985 - Faturamento)			
10580.729431/2015-16	Nov/2015	Set/2015	486.136
10580.729650/2015-03	Dez/2015	Ago/2015 e Set/2015	333.197
IRRF			
10580.724885/2015-09	Jun/2015	Nov/2014	382.338
CSRF			
10580.724885/2015-09	Jun/2015	Out/2014 e Nov/2014	161.086
PIS			
10580.725014/2015-02	Jun/2015	Nov/2014, Dez/2014 e Fev/2015	493.961
COFINS			
10580.729650/2015-03	Dez/2015	Nov/2014, Dez/2014, Fev/2015, Jul/2015 e Ago/2015	2.977.259
			5.982.719

A posição dos parcelamentos é apresentada a seguir:

<u>Processo</u>	<u>Quant. de parcelas</u>		<u>Saldo – R\$</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
10580.724643/2015-15 (INSS)	41	53	1.176.904	1.356.480
10580.724885/2015-09 (IRRF e CSRF)	41	53	748.624	642.891
10580.725014/2015-02 (PIS)	41	53	264.686	530.243
10580.729431/2015-16 (INSS)	41	53	514.757	568.519
10580.729650/2015-03 (INSS e COFINS)	48	60	3.835.468	4.226.551
Total			6.540.439	7.324.684
Circulante			1.751.817	1.416.196
Não circulante			4.788.622	5.908.488

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Contudo, alguns destes, particularmente os mais relevantes, ainda não apresentam uma definição clara quanto aos seus desfechos.



A Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para eventuais perdas com contingências, no montante de R\$ 4.139.503 (Em 2015, R\$ 3.709.477), conforme composição a seguir:

	2016	2015
Ações trabalhistas	3.275.709	3.709.477
Ações cíveis	695.850	-
Ações tributárias	167.944	-
Total	4.139.503	3.709.477

Trabalhistas

Dentre os processos trabalhistas provisionados, destacam-se os listados abaixo:

Processos	2016	2015
0118300-66.2008.5.05.0036	118.367	708.752
0024800-06.2009.5.05.0037	676.131	584.037
0000413-88.2013.5.05.0035	563.851	513.667
0034500-64.2008.5.05.0029	554.099	313.817
0000253-76.2011.5.05.0021	-	261.525
0000898-95.2011.5.05.0023	192.997	179.202
0001148-43.2015.5.05.0006	-	178.930
0070000-87.2009.5.05.0020	190.481	176.360
0013500-84.2007.5.05.0015	118.737	110.656
0001120-40.2014.5.05.0029	106.320	96.051
0038000-69.1992.5.05.0007	-	85.472
000081741.2014.5.05.0024	56.798	50.541
Outros processos	697.928	450.467
Total	3.275.709	3.709.477



Segue abaixo, demonstrativo individualizado dos processos cíveis e trabalhistas ativos contidos nas informações dos assessores jurídicos, que não foram quantificados:

Nº processo	Avaliação do risco
0000779-15.2016.5.05.0006	Remota
0001145-76.2015.5.05.0010	Possível
0000752-05.2016.5.05.0015	Remota
0000138-04.2010.5.05.0017	Provável
000071-29.2016.5.05.0017	Provável
0000869-87.2016.5.05.0017	Provável
0000797-82.2016.5.05.0023	Remota
0000876-43.2016.5.05.0029	Não informado
0000889-06.2011.5.05.0033	Remota
0000606-69.2014.5.05.0035	Provável

Cíveis

A Companhia possui demandas judiciais cíveis, para as quais foi constituída provisão no montante de R\$ 695.850.

Dentre os processos cíveis provisionados, destacam-se os listados abaixo:

Processos	2016	2015
0408874-71.2012.8.05.0001	479.696	-
0125100-50.2000.8.05.0001	183.897	-
0358523-60.2013.8.05.0001	20.788	-
0072716-95.2009.8.05.0001	9.509	-
Outros processos	1.960	-
Total	695.850	-

A principal demanda cível da Companhia está relacionada ao processo nº 0085118-19.2006.8.05.0001 no montante de R\$ 47.393.061, movido pela Telematic Tecnologia Ltda. cujo pleito refere-se a cobrança de: reajustes dos valores contratados; incidência de atualização monetária, juros e multas sobre atrasos nos pagamentos, e; indenização por lucros cessantes e danos morais. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a esta demanda judicial por entender que a probabilidade de perda é remota.

Tributárias

A Companhia foi notificada pela Receita Federal do Brasil quanto a débitos tributários. Os processos estão apresentados a seguir:



Processos

Contribuições previdenciárias:

31779619-4

31779620-8

Os débitos estão com exigibilidade suspensa, aguardando a definição final dos processos.

Tributos federais (situação: Manifestação de inconformidade):

10580.911.089/2012-53

10580.909.760/2016-20

Tributos federais (situação: Devedor)

10580.450.845/2001-10 (*)

10580.902.668/2009-18 (*)

10580.902.669/2009-54 (*)

10580.904.451/2009-34 (*)

(*) Processos relacionados com a consolidação do Refis Crise.

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 92.605.874 (em 2015, R\$ 72.605.874), conforme demonstrado a seguir:

	Capital social	
	2016	2015
Subscrito e integralizado	92.605.874	72.605.874
	92.605.874	72.605.874

No exercício de 2016 foi integralizado o montante de R\$ 20.000.000, (em 2015, R\$ 5.355.500) em moeda corrente.



14. RECEITA BRUTA

	2016	2015
Processamento	52.669.455	46.015.957
Intensivo em mão de obra	32.342.331	26.780.913
Conectividade	23.712.412	21.723.756
Armazenamento	220.650	190.564
Total	108.944.848	94.711.190

15. TRIBUTOS SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	2016	2015
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	(8.075.216)	(7.027.294)
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(4.988.712)	(4.618.418)
Contribuição previdenciária (INSS)	(4.546.363)	(2.148.448)
PIS – Programa de Integração Social	(1.636.778)	(1.526.541)
ICMS	(13.376)	-
Total	(19.260.445)	(15.320.701)

A contribuição previdenciária (INSS) sobre a receita bruta foi instituída pela Medida Provisória nº 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a partir de dezembro de 2011. A partir de dezembro de 2015, a alíquota foi majorada de 2% para 4,5% sobre o faturamento.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2016	2015
Pessoal	(34.583.025)	(28.473.071)
Serviços de terceiros	(21.157.766)	(20.484.023)
Depreciação e amortização	(4.655.560)	(4.915.169)
Concessionárias de serviços públicos	(3.792.853)	(3.037.102)
Outros	(1.838.072)	(682.725)
Total	(66.027.276)	(57.592.090)



17. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Pessoal	(25.156.760)	(16.636.682)
Serviços de terceiros	(2.499.163)	(3.671.474)
Honorários da diretoria e do conselho	(936.005)	(1.092.202)
Concessionárias de serviços públicos	(451.291)	(1.237.243)
Materiais	(150.456)	(222.751)
Outros	(2.401.004)	(845.431)
Total	(31.594.679)	(23.705.783)

18. FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2016	2015
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	603.195	1.016.942
Rendimentos de aplicações financeiras	210.501	228.778
Descontos obtidos	109.109	186.087
Outras receitas financeiras	15.759	8.205
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(2.751.717)	(2.049.833)
Multas	(565.905)	(2.639.198)
Juros	(252.868)	(518.890)
Outras despesas financeiras	(39.594)	(98.215)
Total	(2.671.520)	(3.866.124)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados através da sistemática anual com base no resultado contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

A Companhia apurou nos exercícios de 2016 e 2015 prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Os tributos diferidos apurados serão reconhecidos para os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio da legislação tributária em vigor.



A Administração da Companhia constatou que, para os exercícios de 2016 e 2015, os termos requeridos no Pronunciamento Técnico CPC PME, seção 29 – Tributos sobre o Lucro para reconhecimento de ativo fiscal diferido não foram totalmente atendidos, motivo pelo qual não foi reconhecido o montante de R\$ 18.197.115, (Em 2015, R\$ 11.381.041).

Movimentação ocorrida no exercício de 2016:

	2015	Adições	Baixas	2016
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	20.141.091	-	-	20.141.091
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.699.041	-	-	7.699.041
Ano-calendário 2016	-	20.047.275	-	20.047.275
	33.473.649	20.047.275	-	53.520.924
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	8.368.412	5.011.819	-	13.380.231
CSLL	3.012.629	1.804.255	-	4.816.884
	11.381.041	6.816.074	-	18.197.115

Movimentação ocorrida no exercício de 2015:

	2014	Adições	Baixas	2015
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	20.141.091	-	-	20.141.091
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	-	7.699.041	-	7.699.041
	25.774.608	7.699.041	-	33.473.649
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	6.443.652	1.924.760	-	8.368.412
CSLL	2.319.715	692.914	-	3.012.629
	8.763.367	2.617.674	-	11.381.041

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Por meio da medida provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, foi instituído o Programa de Regularização Tributária – PRT, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017.



O PRT destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2016, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos.

Os dispositivos legais emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil possibilitam a liquidação dos débitos passíveis de inclusão no PRT com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015.

A Companhia, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 11, possui débitos tributários, que podem ser objeto de inclusão no referido programa, bem como é detentora de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19. A adesão ao PRT poderá ser requerida até 31 de maio de 2017 e até essa data a Administração da Companhia espera concluir a análise sobre os reflexos jurídicos e financeiros relacionados com a adesão.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2016, o valor aproximado de cobertura da apólice vigente era de R\$ 25.100.000.
